

  
Itamar Pinheiro Lima  
Chefe da Assessoria de Plenário

LIDO

Em 10/09/99

  
Assessoria de Plenário

MENSAGEM

Nº 342 /99-GAG

Brasília, 08 de Setembro de 1999.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal,

Tenho a honra de indicar à elevada apreciação dessa Egrégia Câmara Legislativa o anexo projeto de lei que “dispõe sobre a gestão democrática das unidades escolares da rede pública do Distrito Federal e dá outras providências”.

Conforme mandamento constitucional, constante do art. 206, inciso VI, o disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no seu art. 3º, inciso VIII, e consoante o estabelecido na Lei Orgânica do Distrito Federal, em seu art. 222, a direção das unidades escolares públicas de ensino será exercida por meio de gestão democrática.

O processo de preenchimento dos cargos de diretores para as unidades escolares da rede pública do Distrito Federal observa o que preceituam os diplomas constitucionais e os legais e se fundamenta no fato de que a qualidade da Educação Básica está diretamente relacionada com a qualidade da gestão escolar, a qual requer competência específica que se somam às competências dos corpos docente, discente, técnico e administrativo e otimizem os esforços da coletividade escolar para garantia da eficiência, eficácia e relevância do projeto pedagógico da escola.

O perfil do administrador escolar deve combinar competência técnica e compromisso com a comunidade. Competência técnica traduzida em conhecimentos teóricos e práticos atualizados de Ciência da Educação. Compromisso com a comunidade, evidenciado por meio de ações voltadas para o atendimento às especificidades de que se revestem as realidades locais.



Excelentíssimo Senhor  
Deputado **EDIMAR PIRENEUS**  
Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal  
Brasília-DF

Protocolo Legislativo

PE n.º 742/1999

Fls. n.º 01

O Administrador deve ser igualmente comprometido com a filosofia do sistema de que faz parte a escola, enquanto hábil interlocutor na dinâmica de desejável processo de renovação permanente da teoria e da prática administrativas, nas unidades escolares da rede pública do Distrito Federal.

É importante ressaltar que a gestão democrática da Educação não se reduz à escolha dos dirigentes das escolas, sem consideração de outros componentes da prática democrática, como a participação de toda a comunidade escolar pela legítima via da representação, por intermédio de um conselho legitimamente constituído, ativo e interessado.

O projeto de lei prevê que o Conselho Escolar, tem funções consultiva e deliberativa, com representante dos diversos segmentos da comunidade escolar, escolhidos por meio de eleição direta, a ser regulamentada pelo Conselho de Educação do Distrito Federal.

Pelo exposto, solicito que a matéria seja apreciada em regime de urgência, tendo em vista o art. 73 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Na oportunidade, reitero a Vossa Excelência e aos demais Senhores Deputados a expressão do meu elevado apreço.



**JOAQUIM DOMINGOS RORIZ**  
Governador do Distrito Federal

Protocolo Legislativo

PL n.º 742/1999

Fls. n.º 02

***Dispõe sobre a gestão democrática das unidades escolares da rede pública de ensino do Distrito Federal e dá outras providências.***

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta:

**Art. 1º** A direção das unidades públicas de ensino do Distrito Federal será exercida, por meio de gestão democrática, conforme mandamento constitucional constante do art. 206, inciso VI, do disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional no art. 3º, inciso VIII, e consoante o estabelecido na Lei Orgânica do Distrito Federal em seu art. 222.

**Art. 2º** A gestão democrática visa atingir os seguintes objetivos:

I - implementar as políticas públicas de educação;

II - perseguir a qualidade do ensino na respectiva unidade escolar, considerando as competências específicas;

III - otimizar os esforços da coletividade para garantia da eficiência, eficácia e relevância do projeto pedagógico da unidade escolar;

IV - garantir a participação de toda a comunidade escolar, pela via da representação, consubstanciada no Conselho Escolar;

V - assegurar o processo de avaliação da unidade escolar mediante mecanismos internos e externos.

3

Protocolo Legislativo  
PL n.º 742/1999  
Fls. n.º 03

**Art. 3º** Os cargos em comissão de diretor das unidades escolares serão preenchidos pelo Governador, escolhidos dentre os integrantes de lista tríplice, encaminhada pela Secretaria de Educação, nos termos desta lei.

**Art. 4º** Poderão se inscrever no processo seletivo para diretor de escola, os professores que atendam, cumulativamente, aos seguintes requisitos:

I - pertencer ao quadro de magistério da Fundação Educacional do Distrito Federal, com pelo menos cinco anos de exercício, em período contínuo ou intercalado;

II - ter, no mínimo, um terço do tempo de exercício na Fundação Educacional, em regência de sala de aula, não sendo computado, para fins de inscrição ao processo seletivo, o período de magistério em outras instituições;

III - ser licenciado em Pedagogia, com habilitação em Administração Escolar, ou licenciado em outra área de conhecimento, com especialização ou aperfeiçoamento em Gestão da Escola Pública.

§ 1º Para o cargo de diretor nas escolas profissionalizantes, será aceita a inscrição de professor com outro título de grau superior, que não o de licenciatura, desde que compatível com a característica da escola.

§ 2º No caso do parágrafo anterior e do inciso III deste art., o candidato deve comprovar especialização ou aperfeiçoamento em Gestão da Escola Pública ou comprometer-se em matricular-se num desses cursos.

**Art 5º** O processo seletivo constará das seguintes etapas:

I - prova escrita;

II - análise de curriculum vitae;

III - análise da proposta pedagógica que será apresentada apenas pelos três candidatos que comporão a lista tríplice.

**Art. 6º** A inscrição será feita, de acordo com o edital específico, na sede da Divisão Regional de Ensino a qual pertence a unidade escolar.

Protocolo Legislativo  
PE n.º 7421 199.9.  
Fls. n.º 04 D

3

**§ 1º** No caso das escolas vinculadas, a inscrição será feita na Diretoria Executiva da Fundação Educacional do Distrito Federal.

**§ 2º** O candidato poderá se inscrever para a direção de até duas unidades escolares, desde que delas integre ou tenha integrado seu corpo docente.

**Art. 7º** A prova escrita a qual se submeterá o candidato à direção da unidade escolar constará de conhecimento específico de legislação educacional e de gestão da escola pública.

**§ 1º** Os candidatos obterão na prova conceito satisfatório ou não satisfatório.

**§ 2º** Os candidatos que obtiverem conceito satisfatório estarão aptos a submeterem-se a prova de títulos, que constará da análise dos currícula vitae.

**Art. 8º** Serão selecionados por unidade escolar, os portadores dos três currícula vitae que obtiverem melhor pontuação os quais integrarão a lista tríplice a ser encaminhada ao Governador, para a escolha do diretor da unidade escolar.

**Parágrafo único** – Os candidatos selecionados para compor a lista tríplice anexarão, aos currícula vitae, os fundamentos do projeto pedagógico que pretendem desenvolver na unidade escolar.

**Art. 9º** Na unidade escolar onde não for possível a aplicação do disposto no art. 8º, por inexistência de candidatos que preencham as exigências contidas nesta Lei, a Secretaria de Educação do Distrito Federal/Fundação Educacional do Distrito Federal indicará um diretor pró-tempore, que desempenhará a função, até ocorrer novo processo seletivo.

**Parágrafo único** – Anualmente, no mês de dezembro, a Secretaria de Educação do Distrito Federal/Fundação Educacional do Distrito Federal procederá a processo seletivo, nos termos desta Lei, para preenchimento dos cargos de direção ocupados por diretores pró-tempore.

Protocolo Legislativo

PL n.º 7421/1999

Fis. n.º 05

3

**Art. 10.** Após a nomeação do Diretor, será aberto o prazo de inscrição, em cada unidade escolar, para os que desejarem ocupar a função de vice-diretor, de assistentes e de secretário escolar.

**Art. 11.** A escolha do vice-diretor, dos assistentes e do secretário escolar, será feita por análise dos curricula vitae a ser procedida por comissão especial designada pelo Secretário de Educação do Distrito Federal e integrada, obrigatoriamente, pelo diretor da unidade escolar.

**Art. 12.** O Conselho Escolar será constituído por:

I – três representantes dos professores, lotados há pelo menos um ano antes da eleição na unidade escolar;

II – dois representantes dos especialistas em educação, lotados há pelo menos um ano antes da eleição na unidade escolar;

III – dois representantes dos auxiliares de educação lotados há pelo menos um ano antes da eleição na unidade escolar;

IV – três representantes dos alunos da unidade escolar, com idade igual ou superior a 14 anos, ou que, com idade inferior, estejam cursando a 7<sup>a</sup> série;

V – três representantes dos pais de alunos da unidade escolar.

**Parágrafo único.** Os representantes dos professores, especialistas em educação, auxiliares de educação, alunos e pais de alunos serão eleitos pelos respectivos segmentos pertencentes a cada unidade escolar.

**Art. 13.** O Conselho Escolar, integrante da direção das unidades escolares, é um órgão consultivo e deliberativo e terá suas funções regulamentadas pelo Conselho de Educação do Distrito Federal.

**Art. 14.** O diretor da unidade escolar integrará o respectivo Conselho Escolar, como membro nato, e, em seu impedimento, será substituído pelo vice-diretor.

Protocolo Legislativo

PR n.º 7421 199 9.

Fis. n.º 06 D

**Art. 15.** Após trinta dias de sua nomeação, o diretor formará uma comissão coordenadora do processo eleitoral para organizar, na respectiva unidade escolar, a eleição do Conselho Escolar.

**Parágrafo único.** A eleição do Conselho Escolar deverá ocorrer no prazo máximo de sessenta dias, após a nomeação da comissão coordenadora do processo eleitoral.

**Art. 16.** Esta Lei será regulamentada no prazo de até trinta dias, de sua publicação.

**Art. 17.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 18.** Revogam-se as disposições em contrário.

Protocolo Legislativo

PL n.º 7421/1999

Fis. n.º 07